



Câmara dos Deputados
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2003

Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências

Autor: Deputado BERNARDO ARISTON

Relator: Deputado MAX ROSENMANN

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do artigo 9º:

Art. 9º - (...)

(...)

*§ 2º – A entidade ou empresa mantenedora de banco de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais privados deverá manter filiais de atendimento direto e pessoal aos consumidores, demais pessoas cadastradas e aos consulentes em cada município ou região, na proporção de uma unidade para cada **quinhentos** mil habitantes, distribuídos e instalados de conformidade com a determinação do órgão local de defesa do consumidor.*

JUSTIFICAÇÃO

O §2º do artigo cuja modificação ora se sugere estabelece a obrigatoriedade de manutenção, pelos bancos de dados, de uma filial para atendimento ao público em cada município brasileiro, na proporção de uma para cada duzentos mil habitantes, distribuídos e instalados em conformidade com a determinação do órgão local de defesa do consumidor. Há que se ressaltar, contudo, que se trata de providência excessivamente onerosa e elitista, cuja observância, seguramente, inviabilizaria as suas atividades, em especial, relativamente aos pequenos *players* do mercado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, existem, no território nacional, 5.560 (cinco mil, quinhentos e sessenta) municípios, dos quais mais de 130 (cento e trinta) possuem população superior a duzentos mil habitantes, sendo



40A7D01A40



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

inviável, financeira e operacionalmente, a abertura e a manutenção de filiais em igual número.

Ademais, face à prática atualmente verificada e ao alto custo envolvido, não se justifica a abertura e a manutenção, pelos bancos de dados, de filiais, conforme a redação original do Substitutivo.

No que concerne aos eventuais cadastrados, há que se considerar o disposto no art. 12, §4º, deste Projeto, que lhes faculta realizar questionamentos por via postal. Desta forma, resta assegurado o exercício do direito ao conhecimento e à eventual retificação dos dados anotados, onde quer que esteja situada a unidade de atendimento ao público, disponibilizada pelos bancos de dados.

Ressalte-se, ainda, a possibilidade de implantação de sistema eletrônico de consultas, certificado digitalmente, facultada aos bancos de dados neste Projeto, a qual permitirá aos cadastrados efetuar eventuais questionamentos a partir de qualquer computador, via internet, com segurança jurídica.

Já no que se refere aos consulentes, os quais são contratantes dos serviços disponibilizados pelos bancos de dados, não compete a este Projeto estabelecer as condições nas quais se dará o seu atendimento. Trata-se de relação estabelecida entre pessoas jurídicas que exercem, livremente, atividade empresarial, cabendo somente a estas pactuar, ao seu arbítrio, a forma pela qual serão prestados os serviços contratados, sem qualquer ingerência estatal.

De igual sorte, representa inaceitável ingerência na atividade empresarial dos bancos de dados estabelecer que a distribuição e a instalação de suas filiais seja realizada em conformidade com a determinação do órgão local de defesa do consumidor.

Não se pode olvidar que a atividade dos bancos de dados é eminentemente econômica e está assegurada no artigo 170, parágrafo único, da Constituição Federal, não competindo ao Estado interferir em sua organização e administração.

Há que se considerar que o amparo aos direitos do cadastrados não deve ser exagerado a ponto de ferir a isonomia entre as partes, deixando os bancos de dados em posição sobremaneira mais frágil e submissa, em evidente violação ao princípio da isonomia, constitucionalmente assegurado no artigo 5º, *caput*.

Diante do exposto, sugere-se seja prevista a abertura e a manutenção de filiais dos bancos de dados na proporção de uma unidade para quinhentos mil habitantes.

Sala da Comissão, em de de 2006.



40A7D01A40



Câmara dos Deputados
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Deputado CARLOS SAMPAIO

OBS.: Em 2005, segundo o IBGE, estes são os municípios com mais de um milhão de habitantes, ou quase isso:

São Paulo/SP	10.927.985
Rio de Janeiro/RJ	6.094.183
Salvador/BA	2.673.560
Belo Horizonte/MG	2.375.329
Fortaleza/CE	2.374.944
Brasília/DF	2.333.108
Curitiba/PR	1.757.904
Manaus/AM	1.644.690
Recife/PE	1.501.008
Porto Alegre/RS	1.428.696
Belém/PA	1.405.871
Guarulhos/SP	1.251.179
Goiânia/GO	1.201.006
Campinas/SP	1.045.706
São Luís/MA	978.824
São Gonçalo/RJ	960.841
Maceió/AL	903.463



40A7D01A40